

## A ÉTICA EVOLUCIONISTA DE MICHAEL RUSE

MARIANA MARQUES BURKLE<sup>1</sup>; JULIANO SANTOS DO CARMO<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [mariana.burkle@hotmail.com](mailto:mariana.burkle@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [juliano.ufpel@gmail.com](mailto:juliano.ufpel@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Michael Ruse é um dos principais autores do século XX a ressaltar a importância da biologia para a filosofia, trazendo as questões discutidas no campo da biologia como essenciais à discussão filosófica. No presente trabalho, investigaremos a reformulação realizada por Ruse da ética evolucionista “clássica”, proposta por Spencer. Este tipo de teoria foi considerado completamente insuficiente teoricamente, e descartado do debate filosófico, inibindo a possibilidade de naturalização da ética. Posto isso, no presente trabalho, pontuaremos quatro críticas principais que podem ser sistematizadas e direcionadas a este tipo de teoria *spenceriana* a partir dos trabalhos de Ruse. Após, mostraremos como a reformulação contemporânea da ética evolucionista de Ruse consegue superar todos os principais desafios propostos à ética evolucionista “clássica”, se tornando uma teoria ética bem fundamentada e reestabelecendo o projeto de naturalização da ética no debate contemporâneo.

Na proposta teórica da ética evolucionista “clássica”, houve uma tentativa de estabelecer que “a única filosofia moral verdadeira é a que está solidamente alicerçada na teoria da evolução.” (RUSE, 1988). Esta concepção considera que o processo biológico da evolução é capaz de gerar valor por si mesmo. Logo, o conteúdo das prescrições morais no âmbito normativo deve ser derivado do processo de seleção natural. Em outras palavras, “[...] tudo o que evoluiu é bom, sendo nossa obrigação moral promover e ajudar as obras da Natureza conforme elas se manifestam através da teoria evolucionária.” (RUSE, 1983, p.229).

Esta concepção considera que a evolução possui um fim teleológico, a partir da ideia de progresso. Logo, os seres humanos possuem o “dever” de promover a evolução. Pois, seguindo o rumo da seleção natural, os seres humanos estariam inseridos em uma escala de progresso moral. O processo da seleção natural é compreendido como guiado por um mecanismo: mais organismos nascem do que podem sobreviver e reproduzir, levando à competição, e os vencedores de tal competição são “naturalmente selecionados”. Sendo assim, progredimos e evoluímos do mais simples ao mais complexo, de amebas a seres humanos, selecionando apenas os “vencedores” da luta pela sobrevivência evolucionista. Promover o processo de evolução parece, portanto, ser algo moral, pois nos levou, conforme Spencer (1852) “de selvagens a cidadãos ingleses”, ou seja, promoveu relações sociais cada vez mais complexas e benéficas.

No entanto, promover a evolução supostamente implica na exclusão dos fracos e doentes para a conservação dos mais fortes, sendo estes os mais adaptáveis evolucionistamente. A visão evolucionista da moralidade parece assim promover “cretinos” em ética (RUSE, 1986, p. 96). Consideramos que esta é a primeira crítica direcionada por Ruse à visão “clássica”. Se a visão de ética evolucionista tradicional parece promover “cretinos” em ética, então esta visão conflita com o senso comum. Pois, normalmente é aceito que uma teoria ética deve gerar pessoas moralmente engajadas, e não “cretinos”. Consideramos que esta é

a segunda crítica que pode ser considerada como desenvolvida por Ruse para a visão “clássica”. Em outras palavras,

[...] quando uma pessoa propõe uma teoria ética, ela tem de apresentar algumas razões pelas quais deveríamos aceitá-la por exemplo, que a teoria está de acordo com a decência comum e que talvez sistematize e torne mais explícitas nossas crenças. (RUSE, 1983, p.231)

Além da concepção da promoção de “cretinos” em ética, a visão “clássica” da ética evolucionista se mostra problemática em sua fundamentação científica. Consideramos este ponto como a terceira crítica de Ruse. A forma como os teóricos “clássicos” compreendem o processo evolutivo é equivocada. A seleção natural não comporta uma visão teleológica das coisas: “[...] a própria essência do darwinismo é que a evolução não está indo para lugar nenhum.” (RUSE, 1988, p.77, tradução nossa). Ou seja, tomar que a evolução está em progresso moral é algo completamente incompatível com a teoria da seleção natural. A visão de que a evolução possui um fim progressivo é um resquício de uma visão cristã de mundo, que não deve ser incorporada na ciência.

Por fim, consideramos que a última crítica de Ruse à visão “clássica” da ética evolucionista são os dois desafios filosóficos para visões naturalistas em ética: a *falácia naturalista* e a *lei de Hume*. Em linhas gerais, este tipo de desafio busca estabelecer uma barreira lógica entre o âmbito do ser, e o âmbito do dever ser. Não é possível realizar qualquer tipo de movimento de justificação ou dedução do âmbito do ser para o âmbito do dever ser. Logo, não é possível fundamentar prescrições morais do que deve ser feito, a partir de considerações científicas factuais acerca do que é. No caso específico da ética evolucionista “analógica”, não é possível identificar aquilo que é moralmente bom com a conduta mais “evoluída”.

Após sistematizarmos as principais críticas direcionadas à visão “clássica” da ética evolucionista, é necessário analisar se a reformulação da ética evolucionista de Michael Ruse consegue solucionar tais problemas. Logo, para reinstaurar a ética evolucionista no debate filosófico contemporâneo, Ruse precisa garantir 4 pontos: 1) a reformulação não gera “cretinos” em ética; 2) a reformulação não conflita com o senso comum; 3) a reformulação não está baseada em uma visão cientificamente errada; 4) a reformulação não cai na falácia naturalista e na lei de Hume.

Um dos primeiros passos para resolver os problemas da visão “clássica” da ética evolucionista é considerar que a evolução não deve ser usada para prescrever. Na reformulação de Ruse, a ética deve ser considerada de uma perspectiva descritiva, e não mais prescritiva, como tradicionalmente feito na filosofia. Ruse considera que a moralidade foi causada pela seleção natural, sendo plenamente explicada pela biologia. Em outras palavras, “A moralidade não tem nenhuma função ou *status* a menos, ou função ou *status* a mais, do que qualquer outra adaptação biológica.” (RUSE, 1988, p.74). A visão evolucionista correta seria a que busca analisar as origens e o desenvolvimento do comportamento moral humano, descrevendo propriamente e fazendo justiça a como as coisas são efetivamente na realidade, e não como algum idealista gostaria que elas fossem.

Se o comportamento moral humano for mostrado compatível com a teoria da seleção natural, Ruse terá resolvido os três primeiros problemas lançados para a visão “clássica”. Pois, Ruse esclarecerá como a sua reformulação não recai no problema de gerar possíveis “cretinos” em ética, não conflita com a visão moral do senso comum, e nem é cientificamente incorreta. Contudo, isto parece

problemático em um primeiro momento, pois a evolução parece intuitivamente favorecer organismos egoístas e imorais frente a organismos altruístas e morais.

Porém, ao invés do que é pensado em uma concepção apressada do processo de seleção natural, organismos altruístas parecem ser favorecidos em prol de organismos egoístas. A implicação de que a seleção natural selecionaria organismos egoístas ocorre por uma má compreensão do processo evolutivo. Embora o processo comece com uma competição devido aos recursos limitados, posteriormente necessita maximizar o benefício do grupo a partir da cooperação entre os membros. Para que consigamos agir de maneira biologicamente altruísta uns com os outros, a seleção natural nos proporcionou sentimentos e inclinações acerca do que devemos ou não devemos fazer moralmente. Em outras palavras, “[...] para nos tornar altruístas no sentido biológico, a biologia nos fez altruístas no sentido moral e literal.” (RUSE, 1995, p. 238, tradução nossa).

Com esta hipótese, Ruse consegue resolver todos os desafios que minaram a ética “clássica”. Primeiramente, Ruse é capaz de explicar como a sua ética evolucionista reformulada não conflita com a nossa melhor ciência, dado que o ponto de partida da explicação de Ruse é a biologia contemporânea. Além disso, Ruse consegue resolver também o problema da evolução gerar possíveis “cretinos” em ética, já que sua teoria aponta exatamente o oposto. A evolução gerou seres altruístas no sentido real, para atingir o altruísmo no sentido biológico cooperativo. Logo, não faria sentido algum na teoria de Ruse a visão de que a evolução gerou seres humanos egoístas.

Por fim, a hipótese de Ruse não conflita com as intuições morais do senso comum, pelo contrário. A visão evolucionista não se compromete com nenhum tipo de princípio moral específico, comportando todas as principais teorias morais (seja a visão utilitarista, kantiana, cristã, etc.). E, diferentemente do que pode ser pensado pelos teóricos morais, esta é uma grande vantagem da ética evolucionista reformulada. Pois, no senso comum, frente a diversidade das situações onde ações morais são necessárias, é impossível que um indivíduo aja de maneira totalmente kantiana ou totalmente utilitarista, por exemplo. O ponto do evolucionista é que a seleção natural nos moldou com a capacidade de agir e pensar moralmente, independentemente de quais sejam esses princípios.

A última crítica possível à visão “clássica” está no âmbito da metaética, e não da ética normativa. No âmbito da metaética, Ruse desenvolve uma teoria de viés darwiniano que não recai no problema da falácia naturalista ou da lei de Hume. Pois, o ponto de Ruse é justamente mostrar que a evolução é a causa principal para a distinção genuína entre aquilo que é (factual) e aquilo que deve ser (moral). Em outras palavras, “As falácias ocorrem quando se tenta *deduzir* reivindicações morais de reivindicações factuais.” (RUSE, 1986, p.326). Na metaética darwiniana, não há qualquer tentativa de justificar ou fundamentar a moralidade a partir da seleção natural.

O ponto é apenas explicar, não ultrapassando a barreira da lei de Hume, mas contornando-a, que a partir da seleção natural as afirmações morais ganham a sua aparência de objetividade ou de senso de obrigação ou dever. A ciência possui consequências para o âmbito da fundamentação da moralidade, sem efetivamente fundamentá-la: na verdade, a ciência mostra que a moralidade não possui a fundamentação objetiva pensada pelos filósofos. A origem da moralidade está totalmente conectada ao processo biológico dos seres humanos, não sendo algo objetivo à parte destes processos. Contudo, isto não implica na eliminação da barreira entre ser/dever ser. Para Ruse, a lei de Hume deve ser mantida por também estar coadunando com a ciência: o âmbito do ser, de qualquer proposição

factual, é totalmente diferente do âmbito do dever ser, de qualquer proposição moral. E, justamente, a seleção natural é a responsável por ter criado esta “barreira”!

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa em questão foi realizada a partir de uma combinação da metodologia tradicional em filosofia, composta da análise e escrutínio conceitual, com a metodologia naturalista, especialmente do naturalismo evolucionista, composta da integração de perspectivas científicas oferecendo respostas a questões genuinamente filosóficas. No ponto de avaliação da teoria de Ruse, inicialmente foi realizada uma investigação científica no intuito de comparar as bases biológicas da ética “clássica” e da reformulação de Ruse. Após, foi realizada uma investigação filosófica no intuito de “testar” se a ética de Ruse é capaz de superar desafios tradicionalmente filosóficos.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dado a amplitude da discussão, o presente trabalho se encontra ainda em desenvolvimento. Embora o objetivo primário do trabalho tenha sido concluído, a saber, estabelecer a reformulação da ética evolucionista “clássica” realizada por Ruse, ainda restam outras questões em aberto. Primeiramente, é necessário investigar se a proposta de ética descritiva de Ruse pode realmente substituir a tradicional ética normativa. Pois, Ruse necessita oferecer maiores explicações para realizar tamanha modificação na tradição filosófica. Por fim, é necessário investigar a metaética darwiniana proposta por Ruse, buscando inicialmente qualificar qual tipo de teoria está sendo proposta, para após posicionar Ruse no debate metaético contemporâneo, testando a força teórica de sua metaética darwiniana.

## 4. CONCLUSÕES

A inovação presente no trabalho é o estabelecimento de uma reformulação da ética evolucionista. Em um primeiro momento, a primeira inovação é a sistematização das críticas lançadas à visão “clássica” da ética evolucionista, que funcionam como um “guia” para uma reformulação eficiente deste tipo de posição. Após, a inovação do presente trabalho é evidenciar como a reformulação da ética evolucionista de Ruse é uma posição teórica sólida, passando por todas as críticas que inviabilizaram a posição “clássica”. Logo, o trabalho em questão mostrou como a teoria de Michael Ruse é capaz de oferecer uma posição naturalista sólida e promissora no debate ético e metaético contemporâneo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- RUSE, M. **Levando Darwin a sério**. Tradução Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Sociobiologia: senso ou contrassenso?**. Tradução Cláudia Reis Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Philosophy of Biology Today**. New York: State University of New York Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Evolutionary Naturalism**. New York: Routledge, 1995